



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

1 Ao vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala de
2 reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranaguá, situado
3 Rua Baronesa do Cerro Azul, 2522 – Costeira, Paranaguá-PR. Deu-se início a Reunião
4 Ordinária do **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES,
5 E APÁTRIDAS – CERMA**, fizeram-se presentes, conforme convocação os conselheiros
6 **Titulares Governamentais:** João Guilherme De Mello Simão (SEJUF-DEDIF), Lucimar
7 Pasin Godoy (SESA), Joice Barbaresco (SEED), William Barbosa (CASA CIVIL), **Titulares
8 da Sociedade Civil:** Márcia Terezinha Ponce (Cáritas Regional Paraná), Juliana Mara da
9 Silva (CRESS), Cassiana Creher (SOS Aldeias Infantis) e Sara Otazu Cantie (Suplente –
10 Pastoral do Migrante Curitiba) **Representantes:** Ana Lucia Godoy Bonafini (SEMEDI
11 Paranaguá), Karoline Alves de Leão (SEMEDI Paranaguá), Claudio Carneiro (1º
12 REGIONAL SESA), Adriano dos Santos (ER SEJUF), Dra. Angelica Furquim (Caritas
13 Regional Paraná), Dra. Lina Tieco Doi (Comissão Direitos Humanos OAB-PR), César Luiz
14 de Camargo (Diocese de Paranaguá), Nerissa Krebs Farret (OIM/ONU), Edicelia Maria dos
15 Santos de Souza (NEABI UFPR Campus Litoral).

16 As nove horas deu-se início a reunião. Apesar de não haver quorum completo foi feita a
17 leitura da pauta e aprovada pelos mesmos. O primeiro ponto de pauta foi o relato da visita
18 prévia feita a Parangua para preparar a reunião ordinária do CERMA. Fizeram o relato os
19 conselheiros Márcia Ponce, Presidente, e o conselheiro João Guilherme (SEJUF-DEDIF).
20 O conselheiro João Guilherme relatou que foi solicitado ao coordenador do Escritório
21 Regional de Paranaguá, Adriano dos Santos, que fizesse contato com órgãos afim a
22 temática das migrações e que informasse da visita dos representantes do CERMA. A visita
23 se deu na data de treze de junho de dois mil e dezenove. Foram visitadas as Secretarias
24 municipais de Educação e Assistência Social, a Câmara Municipal de Vereadores, a sede
25 da Polícia Federal, a sede do Ministério Público Federal e a Administração dos Portos de
26 Paranaguá e Antonina. Em todos os locais a recepção foi positiva ao tema e a participação
27 na reunião do CERMA. As secretarias municipais mencionadas confirmaram presença na
28 reunião através de representantes. A visita a sede da Polícia Federal foi oportuna, porém
29 os visitantes se depararam com uma situação um pouco estranha aos protocolos e que se
30 regem pela legislação vigente sobre migração no Brasil. Na presença do Delegado de
31 Polícia, Dr. Gilson Micoski Luiz, ocorreu de um agente entrar no recinto e comentar ao
32 mesmo que havia feito abordagem de migrantes em situação irregular em um navio
33 atracado no Porto de Paranaguá, e que em acordo com um despachante, havia pago
34 hospedagem e alimentação os migrantes e logo, com anuência do delegado, faria a
35 deportação automática dos mesmos. Percebendo a situação, de acordo ao previsto em
36 legislação internacional e nacional, os visitantes orientaram ao Delegado de Polícia que
37 seria necessário realizar uma escuta mais qualificada dos migrantes e questionar se havia
38 interesse de que permanecessem em território nacional através do instrumento da



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

39 solicitação de Refúgio, cumprindo obviamente os requisitos e critérios que embasam a Lei
40 nove mil quatrocentos e setenta e quatro de vinte e dois de julho de mil novecentos e
41 noventa e sete. Sanadas as dúvidas o Delegado foi solicitado em repassar as informações
42 aos seus subordinados, bem como também comentar do seu interesse pela tema da
43 migração. O mesmo confirmou presença igualmente na reunião, porém o representante
44 não se fez presente. Os visitantes também se dirigiram a conversar com vereadores do
45 município de Paranaguá. Foram recebidos pelo 1º Vice-Presidente, Vereador Benedito
46 Nagel e pelo presidente da comissão de direitos humanos da câmara, Vereador Sargento
47 Orlei. Ambos se mostraram receptivos a temática e se propuseram a realizar uma
48 mobilização do Poder Legislativo para criar legislações pertinentes ao tema. Também
49 confirmaram presença na reunião, porém o representante não se fez presente. Também foi
50 visitada a sede da Procuradoria da República em Paranaguá. O Dr. Adriano Barros
51 Fernandes recebeu os visitantes e se propôs a efetuar um trabalho de fiscalização mais
52 próximo a Administração dos Portos de Paranaguá. O mesmo se comprometeu a ir à
53 reunião, porém o representante não se fez presente. Por fim deu-se a visita a APPA
54 (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina) à pessoa do Sr. André Pioli, Diretor
55 Empresarial, que se mostrou muito interessado no tema e também constatou a triste
56 realidade da migração irregular por meio do ingresso as embarcações nos destinos iniciais
57 e a situação de vulnerabilidade com que os migrantes chegam ao Porto. O mesmo garantiu
58 representação na reunião, porém o representante não se fez presente. Foi relatado
59 brevemente sobre a falta de quorum nas reuniões, sobretudo dos representantes
60 governamentais, o que dificulta o andamento do conselho e também do encaminhamento
61 das pautas. Outro tema é a inviabilidade de reunir e discutir pauta nas reuniões das
62 comissões, seja pela falta de quorum ou pelo formato das mesmas. Foi comentado de fazer
63 uma revisão do regimento interno do CERMA para rever o papel de cada comissão e
64 também do formato das mesmas. Os trabalhos duraram até as doze horas com paralisação
65 para o almoço. As treze horas e trinta minutos deu-se início a plenária com a aprovação da
66 pauta da reunião. Foi aberto espaço para apresentação e relato da experiência com
67 migrantes em Paranaguá. As representantes da Secretaria Municipal de educação fizeram
68 relato de ter alunos de origem haitiano, chinesa, paraguaia e libanesa na sua rede. Ainda
69 não constaram alunos do fluxo venezuelano, porém já se preparam para o mesmo. Também
70 comentaram de perceber na cidade a presença de nigerianos e senegaleses, e que os
71 mesmos moram em regiões periféricas da cidade. A representante da Assistência Social
72 disse que os CRAS do município fizeram mapeamento desta realidade e reitera que
73 realmente existe esta presença, e que a grande maioria dos mesmos estão no CadÚnico.
74 O representante da Diocese de Paranaguá comentou que é necessário criar algum
75 organismo permanente de discussão e deliberação de ações e que se poderia contar com
76 a igreja católica, inclusive disse que deveria ser em nível de litoral pois a presença não é
77 somente no município de Paranaguá, e que ele tem relato dos padres que atendem as



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS

78 praias. Foi comentado que em Matinhos existe um grupo de venezuelanos que foi atendido
79 pela Cáritas Regional, através de um projeto em parceria com a OIM e Governo Federal,
80 junto ao programa de Interiorização. A Presidente Márcia Ponce fez um breve relato do que
81 é este programa e como ele está sendo realizado. Ficou acordado entre todos que o
82 Escritório Regional da SEJUF encaminhará pela criação de um Comitê Intermunicipal e
83 Intersetorial para acompanhamento dos Migrantes e que o mesmo será vinculado a SEJUF
84 através do escritório. Junto a esta ata encontra-se uma carta conjunta, resumo dos relatos,
85 através de pontos de consideração e propostas acordadas pela plenária da reunião, que
86 seguem como sugestão e orientação para ações concretas. Nada mais havendo a tratar,
87 foi lavrada a presente ata, por mim, conselheiro João Guilherme de Mello Simão, que após
88 lida por todos os conselheiros, será aprovada em plenária.